

A CAMINHO DAS PEDRAS: PERCEPÇÃO E UTILIZAÇÃO DO ESPAÇO NA PESCA SIMPLES

Simone C. Maldonado
Antropóloga — UFPB

NESTE TEXTO FAÇO algumas considerações sobre formas de percepção e de utilização do espaço que marcam a cultura marítima e orientam a náutica e a organização do trabalho entre pescadores simples.

Como uma das noções essenciais ao funcionamento do espírito (Oliveira, R.C., 1979), o espaço está imbricado na organização dos grupos humanos, expressando-se aqui e ali na vida social, informando ordenações de mundo e viabilizando acordos entre as inteligências, sobretudo no que diz respeito à territorialidade.

Falar de espaço nem sempre significa falar de um dado concreto, de uma realidade por assim dizer geográfica da natureza com que o homem se confronta para se reproduzir. A pesca marítima é uma das formas sociais em que a percepção específica do meio físico é da maior relevância, não só para a ordenação dos homens nos espaços sociais como também para a organização da própria produção e para a reprodução da tradição pesqueira, tanto em termos técnicos como em termos simbólicos.

Procurei então referir-me sobretudo a essa abrangência da noção de espaço na pesca simples, sem perder de vista a sua expressão mais universal, mais representativa e de maior complexidade, que é a territorialidade marítima.

A condição de patrimônio comum do mar, implica a sua indivisibilidade sistemática e a ausência de apropriação formal e contínua do meio. Em termos produtivos, isso está subsumido às condições em que ocorrem os ciclos biológicos das espécies marinhas e à imensidão do meio. Este é o primeiro ponto a abordar quando se trata de espaços marítimos: o fenômeno da indivisibilidade e da não-apropriação formais conjugando-se; mobilidade do mar e imprevisibilidade da produção, sobretudo se for feita a comparação

com a terra, meio que tem sido pensado e tratado historicamente em termos de apropriação e de divisão. (Moraes & Costa, 1984)

Essas características do espaço marítimo irão informar, além disso, feixes de relações específicas às sociedades pesqueiras que são o próprio movimento da sociedade em confronto com a natureza. Este movimento tem sido objeto de estudos antropológicos em outros contextos como a *Sociologia da Argélia* de Pierre Bourdieu (1958) ou os estudos de Maurice Godelier (1973) sobre as relações dos pigmeus Mbuti com a mata.

Ao tratar da relação do homem com a terra no campesinato argelino, Bourdieu fala do confronto do elemento humano com o meio, que, em certas instâncias como aquela, é particularmente difícil e tenso. Na sua interpretação, em contextos assim, a precariedade ou a No universo estudado por Bourdieu, a indivisão é o fundamento essencial ao equilíbrio econômico e moral do campesinato, cuja relação com o meio é de usufruto e não de posse, numa sociedade em que o costume protege o patrimônio comum. Como em outras formas de articulação com a natureza, isso se viabiliza mediante outros conceitos também nascidos do social, princípios que a comunidade afirma com a sua própria existência, em normas e costumes que no caso fundamentam a própria sociedade: a solidariedade e a ajuda mútua. Essas atitudes, aliás, tendem a se expressar recorrentemente, mesmo que sob formas diferentes em sociedades não-modernas, e não raro o fazem em termos da troca, que assim se identifica como o princípio subjacente a todas as relações sociais. Na Argélia, pareceu a Bourdieu que a incerteza das técnicas e a aridez do meio natural propiciassem a indivisão do território, que não só favorece a adaptação dos homens àquele meio e a sua subsistência, como se faz alimentar por estes mesmos homens em relações bastante complexas de parentesco, de honra e de produção. Essas relações são a própria mediação entre o homem e a natureza, o que aliás tendem a ser em sociedades de estrutura pré-industrial e não-capitalista.

Os pescadores universalmente se inserem também numa relação com o espaço em que a indivisão é sem dúvida um dos conceitos com que se deparam no trabalho. Existe, contudo, uma diferença fundamental entre a indivisão da terra e a indivisão do mar: na terra, quando isso ocorre é por um desejo ou por um cálculo do homem, por um interesse de sociedade que constrói essa indivisão, se se quer num ato consciente que, por certo, lhe parecerá o mecanismo mais apropriado à sua lida com a terra, à própria reprodução da vida; no mar, os termos são outros por ser esse meio indiviso em si, sendo raras e pouco duradouras as tentativas feitas pela sociedade humana de criar formas contínuas de posse e de usufruto do meio marinho. Aí, não é por uma fragilidade no interesse humano, eu diria, nem por falta de instrumentos jurídicos, que o mar não está dividido. O que me parece é que ocorrem formas específicas e predominantemente simbólicas na sua expressão, formas de percepção, de apropriação e de divisão do mar, que, por sua vez, arrastam consigo outras noções e comportamentos sem os quais a produção pesqueira e a reprodução dos pescadores artesanais estariam inviabilizadas.

Descrever a vasta gama de fenômenos específicos, a que tem levado a condição de patrimônio comum, seria demasiado longo para este artigo onde pretendo abordar também outros aspectos da espacialidade marítima. É significativo, no entanto, que o aprofundamento da análise sobre o espaço acessível aos pescadores termine levando a um

elenco de outros traços sociais também específicos à pesca, como a divisão do trabalho, a tradição, a família, o território, a modernização e a mudança.

Os recursos que o pescador explora são móveis, sendo complicado delinear, manter e defender fronteiras e territórios, não havendo equivalência com os sistemas de terra. No entanto, com finalidades produtivas, os pescadores dividem o espaço marítimo em “mares”, “zonas de pesca”, “pesqueiros”, “pedras”, lugares de abundância cujas rotas e localizações são objeto de segredo. Dizia-me um informante de Ponta de Mato, na Paraíba:

“Isso aí (e apontava com o braço na direção do mar) é muitos mar. Um só é que não podia ser... E os mar tem suas ‘pedras’ e cada um é um só. Tem o Mar de Miriri, tem o Mar de Cardoso do Norte, e assim vai, até as parede.”

A característica mais relevante dessa divisão consuetudinária e cíclica, que cada grupo pesqueiro opera nos mares que percorre em busca de peixe, é de que não há padrão fixo (mesmo que sazonal) de fenômenos e espécies marinhos. Assim, o cálculo e a organização produtiva dos pescadores, no que diz respeito ao espaço, se fazem sobre pontos que permanecem, enquanto outros se re-situam, de modo que os “pesqueiros” estão sempre sendo redescobertos, perdidos e esquecidos.

A capacidade de identificar as zonas produtivas do mar e de se situar na amplitude do “alto”, de onde não se avista terra, faz parte do que se tem chamado “capacidades cognitivas dos pescadores” (Gell, 1985; Frake, 1985; Gladwin, 1970). Estas, no entanto, me parecem antes ser fruto do aprendizado social e cultural nessas sociedades. Nessa perspectiva, parece-me também apropriado pensar-se a náutica e a territorialidade destes grupos em termos de domínio prático e de espaço prático, noções tratadas por Bourdieu (1979) como habilidades específicas surgidas na familiaridade do homem com o espaço, intrinsecamente ligadas às atividades, percepções e atitudes adquiridas na socialização e na relação com o meio, gerando hábito e capacidade de orientação e de exploração do espaço. Assim, a náutica e a arte de pescar são constructos sociais que surgem e se desenvolvem num espaço prático, o espaço marítimo, onde se expressam outras noções que informam a visão de mundo e a organização produtiva dos pescadores simples.

Esse conhecimento viabiliza o zoneamento sazonal do mar, tanto para fins de organização das jornadas de trabalho, como para fins de territorialidade, capacitando os botes a realizar uma boa pesca sem ferir a pesca alheia, o que não faz, no entanto, do mar e da produção distanciada da terra, um espaço livre ou uma realidade sem conflitos. A territorialidade produtiva, as “pedras”, o espaço de cada bote são ideais sociais e elementos fundamentais aos pactos e às noções de honra e de maritimidade que se somam aos elementos outros que constituem a pesca. No entanto a regra é rompida com certa frequência, ocorrendo depoimentos assim:

“A gente a veis marca o pesqueiro botando uma bóia nele porque ninguém pode empatar o outro de pescar onde quiser. Mas se a gente descobriu a pedra, a pedra é do bote”.

Ou:

“O ruim é a robalheira nos covo e nos espinhel. Tem gente que usa a pedra sem ter o trabalho de procurar, e ainda arranca a bóia que a gente deixou marcada”.

Vale registrar que há pescadores que reconhecem a existência da “robalheira” sem, porém, reconhecer-lhe a eficácia, como um pescador de Camalaú na Paraíba, que me disse certa vez:

“É, mas esse negócio de andar atrás dos bote dos outro pode ser besteira. Eu vou no meu bote, a senhora bota o seu bote atrás do meu e vai, vai, vai, até chegar na pedra. Aí eu fundeio meu bote, a senhora fundeia o seu, mas o peixe a senhora num pega nem acha a pedra, porque isso tá tudinho aqui no juízo do pescador.”

E batia com o dedo na testa, indicando o “lugar” onde estão armazenados o seu conhecimento do mar e o caminho das “pedras”!

O isolamento das tripulações no processo produtivo é uma outra dimensão da cultura marítima perpassada pela tensão e pelo conflito. Se por um lado, este aspecto do trato com o espaço aparentemente ilimitado do mar inspira igualdade e cooperação, por outro, impõe relações específicas e tensas entre os pescadores que tripulam os botes, apesar da predominância praticamente universal do parentesco na constituição dos grupos de trabalho. São inúmeros os estudos, artigos e etnografias em que se registram modos de lidar com esta contingência (Johnson, 1980; Thompson, 1985; Maldonado, 1986; Llerandi, s.d.), mecanismos societários que se desenvolvem ao ritmo e à duração das jornadas de pesca, a caminho das “pedras”. Parece-me oportuno registrar inclusive a recorrência de ritos sociais em que se constrói um espaço simbólico liminar entre o mundo do mar e o mundo da terra. Exemplo disso são as “caldeiradas” do Algarve, grandes refeições de peixe com vinho que fazem os pescadores ao retomar terra firme, oportunidades em que se tenta dirimir questões e conflitos surgidos na pesca que ali se encerra. Em outros grupos, cada bote expõe o seu pescado na praia à visita da sociedade de terra. As pessoas costumam deter-se, comentar e avaliar a quantidade e a qualidade do peixe, seguindo-se a pesagem e a venda do produto que, geralmente, são feitas pelas mulheres, enquanto os pescadores se afastam da praia, reintegrando-se ao espaço da terra. No sentido inverso, o da saída para o mar, também há registro de comportamentos rituais (Smith, 1977), como o percurso feito por jovens iniciados na pesca artesanal africana em companhia de pescadores mais velhos na sua primeira saída para o mar, que objetiva não tanto “ensinar” ao novo pescador onde e como pescar (o que ele já terá por certo aprendido na sua socialização), quanto simbolicamente dar-lhe acesso ao universo produtivo e ao segredo da sua sociedade.

A mobilidade das condições de produção no espaço marítimo e o ciclo biológico dos peixes impõem intermitência e sazonalidade às formas costumeiras de divisão e de usufruto do mar, e não deixam de ser também motivo da atenção e do cuidado que se observa nos grupos pesqueiros com a estabilidade das tripulações (Kottak, 1966; Barth, 1980; Breton & Labrecque, 1981). O recrutamento e a constituição dos grupos de trabalho são objeto de regras específicas ao mundo da produção marítima, que se expressam de formas diferentes nas diversas comunidades pesqueiras, todas perseguindo, não obstante, a estabilidade de que também depende o bom desempenho no espaço explorado por cada

grupo. Isso porque a conjunção do domínio prático do espaço com os esforços cooperativos dos proeiros são elementos fundamentais à pesca, como respostas dos pescadores não só à mobilidade que caracteriza a territorialidade no mar, como ao risco e à imprevisibilidade também considerados inerentes à pesca (Thompson, 1985; Acheson, 1980).

Esses dois traços não parecem passar pela questão do espaço, mas, enquanto características da produção, não deixam de refletir as especificidades do mar e suas espécies, do espaço e do produto que interessam aos pescadores. Parece-me, por isso, oportuno contextualizar, como fenômenos da ordem da percepção e da representação do espaço produtivo, os mecanismos que se desenvolvem nas comunidades pesqueiras enquanto respostas aos reveses da vida no mar e das relações com a família e o mercado no espaço de terra. Tais mecanismos objetivam minimizar ou evitar os perigos e as dificuldades que o homem enfrenta na tentativa de alcançar o domínio marítimo da natureza.

Os estudos que reconhecem a existência da cultura marítima (Smith, 1977; Acheson, 1980; Poggie Jr., 1980; Diegues, 1983) afirmam ser a pesca uma atividade produtiva altamente arriscada e imprevisível, o que se reflete no modo de ser e nas peculiaridades dos pescadores. Nela, o risco de perda da vida e do instrumental de trabalho é muito elevado, seguido de perto somente pela mineração. Esses estudos vão além da simples constatação do risco e da natureza móvel e cíclica da produção, associando-os à estrutura básica e recorrente da identidade do pescador. Essa maritimidade, que se constrói em grande medida em termos dos espaços produtivos, tem sido considerada desde um modo de ser específico dos pescadores, até a sensação, a noção fundamental com que eles percebem o meio marítimo, a "aura de ruína final" (Acheson, 1980). Esta é descrita justamente em termos da consciência dos riscos inerentes à pesca oceânica que pesam sobre os pescadores a cada jornada de trabalho, em que um passo em falso, um erro de cálculo podem significar a perda total do bote, dos instrumentos e da vida dos homens.

A pesquisa em Ciências Sociais tem absorvido, dentre as suas temáticas, a reação humana a situações assim, que implicam dúvida, incerteza, insegurança e risco, sobretudo no que se refere a práticas rituais e mecanismos sociais objetivando a minimização das dificuldades (Johnson, 1980; Taussing, 1982). Nas ilhas Trobriand, Malinowski (1948) observou, por exemplo, a ocorrência de rituais associados à pesca de alto-mar, mais cheia de tensão e mais arriscada do que a pesca interior e lagunar. O mesmo se tem registrado em outros contextos culturais e em estudos mais recentes. Não sendo a descrição desses comportamentos rituais o objeto central deste artigo, parece-me mais apropriado continuar a falar da articulação do risco e da imprevisibilidade da pesca com a noção de domínio prático do espaço.

Na construção de suas possibilidades produtivas no mar e de seus pactos e arranjos em terra, os pescadores podem ser considerados pessoas em permanente risco no que diz respeito à sua segurança física, sobretudo na pesca de alto-mar. No que concerne à questão da imprevisibilidade da produção, parece-me importante não equacioná-la à aleatoriedade, pelas razões que passo a expor e com que pretendo encerrar meus comentários.

Tudo o que aqui foi dito à guisa de reflexão sobre as condições espaciais de produção dos pescadores artesanais, assim como sobre a imprevisibilidade que alguns vêem como

aleatoriedade, como um revés ou como uma dificuldade a mais, na verdade são desafios do espaço natural em que ocorre a pesca simples. A resposta humana a esses aparentes obstáculos à produção expressa-se em termos de tradições marítimas constituídas no ser e no fazer das sociedades pesqueiras. Os modos de existência dos grupos pesqueiros, a sua náutica, o seu domínio do espaço a as relações de terra, os mecanismos e as práticas sociais são elementos constituintes do que se tem chamado culturas marítimas e viabilizam a reprodução da pesca simples. Nesse contexto, a competência é recorrente e faz parte da consciência e da percepção que os pescadores têm de si próprios e do seu trabalho no mar. A eles, a pesca pode parecer imprevisível e arriscada, mas não tanto quanto a nós, que desenvolvemos nossas atividades em terra firme e com recursos fixos. Chamar de aleatória a produção pesqueira e o domínio prático do espaço marítimo seria desconhecer a capacidade de cálculo e de organização com que os pescadores orientam o seu trabalho.

Bibliografia

- ACHESON, J. M. 1980. "Anthropology of Fishing". *Annual Review of Anthropology*, v. 10.
- BOURDIEU, P. 1958. *Sociologie de l'Algérie*. Paris, Presses Universitaires de France.
- BRETON, Y. & LABRECQUE, M. F. 1981. *L'agriculture, la pêche et l'artisanat au Yucatan*. Québec, Les Presses de l'Université Laval.
- DIEGUES, A. C. S. 1983. *Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar*. São Paulo, Ática.
- GODELIER, M. 1973. *Horizontes da Antropologia*. Lisboa, Ed.70.
- Portuguese fishing village*. s.l.
- KOTTAK, C. P. 1966. *The structure of equality in a Brazilian fishing village*. Ph.D. Dissertation, Columbia University Press.
- LLERANDI, J. M. M. s./d. *Tipología de la actividad pesquera*. s.l.
- MALDONADO, S. C. 1986. *Pescadores do mar*. São Paulo, Ática.
- MORAES, A.C.R. & COSTA, W. M. 1984. *A valorização do espaço*. São Paulo, Hucitec.
- OLIVEIRA, R.C. 1981. "As categorias do entendimento na formação da Antropologia". *Anuário Antropológico*, 81.
- POGGIE JR., J. 1980. "Maritime Anthropology: socio-cultural analysis of small scale fishermen's cooperatives." *Anthropological Quarterly*, 53 (1).
- SMITH, M. E. 1977. *Those who live from the sea*. West Publishing Co.
- TAUSSING, M. 1982. *The devil and fetishism commodity in South America*. Michigan, Ann Arbor.
- THOMPSON, P. 1985. "Women in the fishing: power between the sexes". *Comparative Studies in Society and History*, 27 (1).